

Despesas polêmicas

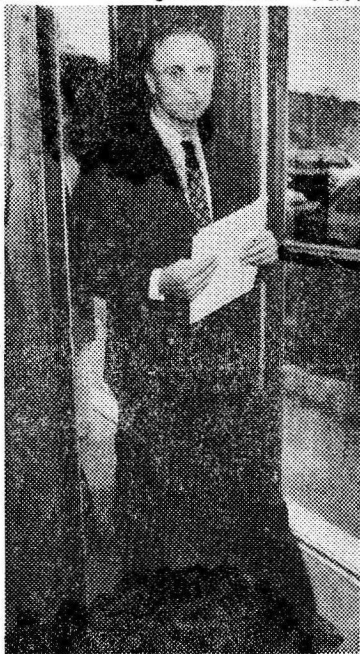
Agência Estado — 6/5/91

Suplicy contesta gasto de banqueiro durante negociação

O governo brasileiro teve de pagar, ao longo dos dois últimos anos, US\$ 14,4 milhões de faturas, que continuam chegando a contagens no Banco Central, comprovando gastos feitos pelos banqueiros internacionais com hospedagem, passagens, aluguel de escritórios, telefones, fax, xerox, honorários de advogados e outras despesas feitas em Nova Iorque, durante as negociações sobre a dívida externa, em 1988. Surpreendido por essas informações, fornecidas pelo Banco Central, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) diz que elas reforçam sua convicção de que o governo precisa seguir rigorosamente os critérios definidos pelo Senado Federal para os acordos da dívida. "Eu estou votando contra o acordo firmado para o pagamento dos juros atrasados, porque ainda falta transparência na forma como são redigidos esses acordos", reclama Suplicy.

Segundo o senador, antes de começar a pagar os juros atrasados, com base num acordo acertado há apenas um mês, o governo já recebeu a primeira cobrança por despesas realizadas pelo Comitê Assessor dos bancos privados estrangeiros. São US\$ 2 milhões até agora, dos quais US\$ 500 mil são destinados aos honorários de um escritório de advocacia. "O Congresso Nacional nunca teve essas informações antes e só as obteve agora porque dependem do Senado todos os acordos nessa área", comentou Suplicy. A necessidade de autorização do Senado para que o governo assine qualquer acordo com os credores foi estabelecido no ano passado, na Resolução 82.

A Resolução 82 estabelece que o governo não poderá arcar com despesas de passagens e hospedagem. Mas o Comitê Assessor vem insistindo no argumento de que o devedor, em todos os países, costuma



Eduardo Suplicy: dúvidas

assumir esse tipo de ônus. Paralelamente a essa polêmica, Suplicy constatou, ao analisar as informações do Banco Central, que apenas 5,7% das despesas feitas durante as negociações se referem a viagens e hospedagem.

Suplicy levanta outras dúvidas com relação ao acordo. A principal delas, aponta, é o rápido crescimento da capacidade de pagamento do governo brasileiro, que, segundo o senador, mais do que duplicou desde o ano passado. A metade dessa capacidade, afirma o senador, está baseada na emissão de moeda, uma forma de gerar recursos para a compra de dólares, que serão usados no pagamento do serviço da dívida, e que tem sido sempre apontada como inflacionária.

Para tentar esclarecer essas dúvidas, Suplicy preferiu usar os cinco dias a que tem direito para analisar o acordo recém-firmado entre o governo brasileiro e os bancos credores privados e acha que o Senado não deveria concordar com um compromisso assumido pela equipe econômica, sem conhecer claramente seu impacto.